

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Conselheiro
Marcelo



Jonas
Reis



Hamilton
Sossmeier



Mari
Pimentel



Prof. Alex
Fraga

004ª CECE 05MAR2024

Pauta: Não pagamento de recursos da Lei Paulo Gustavo.

 **PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** (14h16min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, trazendo a pauta da cultura, pelo proponente, nosso colega Ver. Jonas Reis, juntamente com nosso colega, Ver. Hamilton Sossmeier, colega Ver.^a Fran Rodrigues – seja bem vinda, fomos colegas na CEDECONDH, ano passado, agora colegas aqui novamente. Por praxe, esta pauta, enquanto fui presidente da CEDECONDH, no ano passado, sempre que havia um proponente que trazia a pauta para comissão, seguimos nessa mesma tomada aqui nesta comissão; então sempre passamos ao proponente os trabalhos da tarde, juntamente com a assessoria dos vereadores. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Marcelo Fernandes, representando a Secretaria Municipal da Fazenda; o Sr. Eduardo Baldasso, diretor da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SMCEC; a Sra. Daniela Mazzilli, representando a cultura, a parte financeira. Para não perdermos tempo, como a pauta é muito importante, passo a palavra ao Ver. Jonas Reis, proponente desta pauta; na sequência, o Sr. Marcelo Fernandes.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, presidente Marcelo, cumprimentando aqui meu colega Ver. Hamilton Sossmeier, a colega de bancada, Ver.^a Fran Rodrigues, bem como os demais membros das secretarias, Marcelo, Dani e outro colega, Eduardo Baldasso, representando a cultura. Nós fomos procurados, desde o ano passado, evidentemente, e novamente agora no mês de fevereiro, sobre os pagamentos dos editais – há leis específicas, nacionais, conquistas do povo brasileiro, por exemplo a [Lei Paulo Gustavo](#), que detém de milhões de reais para as prefeituras – a nossa ganhou milhões de reais – felizmente o Congresso Nacional aprovou essa lei, e o governo federal tem cumprido, enviado o dinheiro para as prefeituras; infelizmente algumas do interior não conseguiram desdobrar os editais, o que é uma tristeza, mas Porto Alegre, sim, só que a gente está esbarrando numa questão que, segundo o secretário da Cultura, Henry Ventura, é uma questão burocrática. É por isso que a gente faz essa reunião hoje: nós queremos entender o que toca da Secretaria da Fazenda, e o que evidentemente é papel da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa, mas mais pontualmente nós queremos entender a estrutura para a [Lei Aldir Blanc](#). Essa é a questão central para nós hoje; vimos que o recurso para o carnaval foi antecipado, nós queremos entender qual foi o argumento pelo qual o recurso do carnaval foi antecipado. Evidentemente importante, o carnaval aconteceu, isso é fundamental, mas a gente quer entender como ficam os demais atores, ativistas, pessoas foram contempladas e qual foi a medida que a Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa tomou? Ou nós vamos seguir nesse processo que está hoje, se tem uma data específica já instalada para pagamento? A gente queria ouvir da Secretaria da Fazenda o que está na mesa da Secretaria da Fazenda, que ela tem que executar? Ordens de empenho, de pagamento, enfim, todo aquele procedimento necessário, da burocracia pública, mas nós queremos entender para a gente poder ajudar. Já chegou na Secretaria da Fazenda? Não chegou? Está na Secretaria da Cultura? Com quem está, quantas pessoas ainda para serem pagas, enfim, duas leis, mas não vamos nos ater muito, a lei Paulo Gustavo este

é o meu pedido. Queremos entender sobre a lei Aldir Blanc e os demais processos, Ver. Hamilton, Fumproarte também importante, forma de financiamento da cultura da capital, mas eu não posso deixar de deixar aqui uma crítica, nós estamos no quarto ano do governo Melo e, anos atrás, a gente tinha muito mais dinheiro investido em cultura, hoje temos muito menos. Então, uma questão orçamentária, uma decisão política que eu gostaria que fosse mudada, mas parece que não. Faço uma crítica também ao secretário de Cultura, ele faz bastante barulho nas redes a gente vê, vai, atua publicamente, mas o fato é que ele não consegue trazer mais dinheiro público municipal para o orçamento da cultura. E aí é uma crítica ao centro do governo não é aos vereadores, colegas, porque nós estamos aqui na luta e garantindo com as emendas que eu sei que o Ver. Marcelo com as suas emendas garante muito a questão cultural também na sua região. Vejo também o colega, Ver. Gilson, na zona sul, eu mesmo enviei recursos para Banda Municipal, enviei recurso para companhia de dança, então, a gente faz um esforço, só que acho que tem que ter uma demonstração governamental de mais recursos. Faço aqui também uma crítica que é construtiva, que eu tenho feito todos os anos, faço novamente, concurso público para a Cultura, não adianta o secretário da Cultura mandar para cá os técnicos se só tem meia dúzia de técnicos, eles não vão conseguir dar conta, que é isso que a gente está vendo hoje. Nós fizemos duas reuniões no gabinete secretário e o problema que ficou para nós é que tem poucas pessoas, pouco RH, isso não é justificativa para gente não garantir o serviço público de cultura que é fundamental, sem sombra de dúvida, saúde, educação importa muito, as outras áreas, mas a gente também tem que entender que muitas pessoas trabalham com cultura na cidade e ela gera recursos. Para quem não sabe, o carnaval no Brasil inteiro gera milhões de reais, traz gente do exterior, fomenta o turismo, fomenta o consumo interno, mas a cultura, como um todo no Brasil, para cada R\$ 1,00 investido, gera de riqueza um e meio, ou seja, gera muito recurso, gera muito emprego direto e indireto, é uma cadeia produtiva. Então aquele nome lá do organograma que o governo Melo fez, mandou para esta Casa no início do governo, que votamos aqui, dizia Secretaria de Cultura e Economia Criativa, não

vejo economia criativa, não vejo acontecer, porque tem menos recurso do que os secretários passados, do que os prefeitos passados. Isso é ruim, isso é nocivo, a gente não chega a 1% do orçamento em cultura e muitas aposentadorias nos últimos três anos na Secretaria de Cultura e sem reposição, não dá, tem que ter no mínimo reposição e ampliação nos setores nevrálgico. Está aí o teatro da Cidade Baixa, o Túlio, que está parado também por uma questão burocrática. Enfim, só para fazer aqui alguns apontamentos que a gente sabe que os governos são feitos de decisões, então eu queria fazer uma solicitação que a gente pudesse decidir mais pela cultura, e não é uma crítica a quem tá trabalhando lá, não é isso, é uma crítica ao centro do governo. Não é a crítica a vocês dois nem ao Marcelo aqui que são técnicos que a gente respeita muito sabe do trabalho de vocês, mas é a ausência significativa do secretário da Cultura e do adjunto e isto nos preocupa muito, muito, muito, nem o chefe de gabinete está aqui, o Lucas. Então abro os trabalhos assim e já passo, de antemão, se os colegas quiserem fazer pronunciamentos, os vereadores, senão passamos para a Secretaria Municipal da Cultura para ouvi-los.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Gostaria de chamar para compor a Mesa o Sr. Rafael, do SMGOV, por favor, junte-se a nós aqui. O Sr. Marcelo Fernandes está com a palavra; diga o seu nome e quem está representando, por favor, sempre que forem falar, por favor, digam o seu nome, a instituição ou a entidade que estão representando, para poder ficar gravado nas notas taquigráficas aqui, para que a gente consiga, depois, futuramente, se precisar de alguma cópia ou saber de alguma informação contida nessa reunião, apesar de que hoje estamos ao vivo sendo gravados na TVCâmara, ficará no Youtube; é muito importante também esse dia de hoje. Então, por favor, o senhor tenha a palavra.

SR. MARCELO FERNANDES: Muito obrigado; muito boa tarde, presidente Ver. Marcelo Conselheiro, na pessoa de quem cumprimento os demais vereadores presentes à Mesa; saudação aos meus colegas de Município e ao público

presente. O meu nome é Marcelo Fernandes, eu sou auditor fiscal no Município, assessor técnico no gabinete da Secretaria Municipal da Fazenda. Eu vim falar então brevemente sobre a questão da liberação dos recursos, quanto à temática, o objeto da presente audiência em comissão. O que ocorre? Muito brevemente, a partir do momento que uma despesa chega à Secretária da Fazenda, ela é basicamente remetida a uma equipe específica, que é a Equipe de Preparo de Pagamento, a EPP, são todos conhecedores, que faz basicamente uma análise documental, uma análise de requisitos dentro dessa despesa. Estando tudo ok com esses requisitos é d+1, d+2 no máximo, no máximo, o recurso é liberado. O que acontece, às vezes, é que, claro, há algumas formalidades que talvez não estejam plenamente cumpridas, e aí o processo acaba retornando. Obviamente que não é um desejo do servidor que o processo retorne, nem é um desejo da Secretaria da Fazenda que haja esse retrabalho, mas o servidor público, como agente da legalidade, é obrigado a seguir de acordo com o que está disposto no comando legal. E, hoje, talvez, o que tenha, um ponto mais delicado que a gente atualmente tem trabalhado é na implantação de um novo sistema contábil-financeiro no âmbito do Município, que inclusive essa implantação se deu por força de decreto de lei federal. Nós fomos, assim, digamos, propelidos a adotar esse novo sistema à guisa de não perder índice de qualidade fiscal do Município, e não comprometer futuras obtenções de recursos junto a órgãos financeiros de financiamento, órgãos oficiais de financiamento. Então nós fomos obrigados a fazer essa migração, essa implantação, e a gente sabia que teria que ser no final do ano, na virada do ano, como aconteceu, não podia ser no meio do ano, porque a gente não pode parar de executar um orçamento no meio do ano para começar a executar outro. Então teve que ser no início desse ano, e aí pode ter gerado algum óbice, talvez algum ruído nessa execução, que tenha gerado talvez algum atraso nessa execução, mas tudo está sendo prontamente restabelecido hoje; as equipes foram reforçadas, os erros estão sendo tratados, os dados vão sendo parametrizados, e eu posso garantir que, cada vez menos, essa situação tem se repetido. Inclusive quero fazer publicamente um elogio à equipe de execução financeira da Secretaria de Cultura, houve um trabalho muito contundente, muito

qualificado; certamente foi uma das secretarias que menos atrasou, que com mais conformidade atuou dentro do procedimento, executou um valor enorme de recursos, e tudo dentro do prazo, chegando a uma pendência mínima que inclusive acho que talvez justifique hoje que a gente tenha a situação quase que resolvida. Então, nesse sentido, eu queria também reforçar que a Secretaria da Fazenda está à disposição, está empenhada em resolver os problemas que porventura ocorram, e que cada vez menos a gente vai ver algum tipo de problema ou óbice nessa execução orçamentária.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Marcelo. Algum dos vereadores gostaria de fazer uso da palavra? Passamos à Secretaria da Cultura. Começar pela parte mais importante que é a financeira? Por favor, Daniela, a senhora tem a palavra.

SRA. DANIELA MAZZILLI: Boa tarde a todas, todos, todes. Eu sou a Daniela Mazzilli. Sou coordenadora de cinema e audiovisual. Eu vou começar contextualizando a lei, porque eu acho que é muito importante todo mundo saber o que é a Lei Paulo Gustavo. Eu acho que muita gente desconhece o percurso dessa lei, como foi. Por que eu, do audiovisual, estou aqui? Todo mundo perguntando: “O que essa pessoa do audiovisual está fazendo aí?” Bom, a Lei Paulo Gustavo vem desde 2021, ela é uma lei emergencial, teve um percurso muito conturbado desde a sua própria votação. Houve um pacto coletivo da cultura, acho que nunca houve um movimento tão grande da cultura no Brasil e que vai reverberar agora para todo sempre. Houve uma mudança de chave, onde os fazedores de cultura realmente estão cada vez mais atuando de forma direta na construção de uma política cultural. E a Lei Paulo Gustavo tem dois recursos, é muito importante falar sobre isso, a Lei Paulo Gustavo traz quase 70% do recurso para o audiovisual, por conta de onde vem esse dinheiro. Esse dinheiro vem do Fundo Setorial do Audiovisual, que é um fundo gerado pelo próprio setor do audiovisual que deposita anualmente esse recurso lá; é uma conta separada. Esse é um dinheiro que foi contingenciado ao longo de muitos anos e que gerou,

na verdade, ali, um grande recurso que, no momento da pandemia, era muito necessário, em torno de quase R\$ 2 bilhões. Por isso que boa parte do dinheiro era para o audiovisual. São duas contas distintas, uma do audiovisual e uma que vem do Fundo Nacional de Cultura que foi destinado para as multilinguagens, todas as demais linguagens culturais. Porto Alegre recebeu em torno de R\$ 11 milhões, dos quais a gente está falando em torno de R\$ 8 milhões destinados ao audiovisual e em torno de R\$ 3 milhões destinados às multilinguagens. Eu não vou falar muito de valores certinhos; todos os dados são públicos. É muito importante que a sociedade civil saiba que o Ministério da Cultura tem uma plataforma aberta. Dentro do site do Minc, você vai olhar a Lei Paulo Gustavo, tem uma calculadora que vai dizer quanto cada município recebeu, quanto esse percentual era para as linguagens culturais, quanto era para audiovisual. Inaugurada recentemente, semana passada, uma calculadora que fala sobre os desembolsos, então, assim, em tempo real, a sociedade civil pode acompanhar quanto cada município, cada estado está desembolsando, porque esse recurso não foi só Porto Alegre; todos os 5 mil municípios do Brasil puderam se inscrever e puderam receber esse recurso para aplicar, os estados também. Essa lei foi regulamentada em maio do ano passado e, desde então, a Secretaria da Cultura vem trabalhando nessa construção com a sociedade civil. Por que é importante falar com a sociedade civil? Não somos nós, Secretaria da Cultura ou Prefeitura que decidiu exatamente como é que seriam as aplicações; foi construído, na verdade, um comitê com participação do próprio Conselho Municipal de Cultura, com representantes de cada uma das áreas da cultura que se definiu: quais seriam as linhas, se seriam premiações, quais os valores das premiações, quais os critérios, tudo isso foi pactuado e construído em conjunto, assim como os recursos voltados para o audiovisual. Bom, a gente sabia que receber esse recurso e executar em tão pouco tempo não é uma dificuldade só para Porto Alegre; é uma dificuldade para todo e qualquer município. E isso é uma realidade que nós, prefeituras e estado, teremos que estar buscando uma adequação por conta de que a descentralização de recursos é uma realidade, é muito positivo. Nós, enquanto municípios, conseguimos entender e dialogar com a sociedade

civil para entender lá na ponta o que está sendo necessário. A gente consegue mapear os bairros, a gente consegue fazer mesa de conversa, que é muito difícil quando o recurso vem de um desenho apenas, por exemplo, de estado ou de governo federal. Então, a gente tem uma moeda muito valiosa na mão, a gente tem a possibilidade, realmente, de conseguir mapear e entender o que vai fazer a diferença no campo da cultura a partir dessa descentralização de recursos. Hoje a gente está falando aí, já vê o assunto da Lei Aldir Blanc, a Lei Aldir Blanc é uma realidade, vai ser implementada em todo o Brasil durante cinco anos e nós estamos, pouco a pouco, cada município e cada Estado aprendendo como operar esse recurso que chega. Ninguém nasceu sabendo, é uma política muito nova, a gente está falando que isso vem a partir da Lei Aldir Blanc 1/2020, a partir da lei emergencial. Nós, enquanto unidade, não só dentro da Secretaria da Cultura, mas também entendendo todas as secretarias, como a Fazenda, Desenvolvimento Econômico e Social, Governança, como a gente vai trabalhar e aprimorar a aplicação desses recursos? Então, cada vez que a gente executa uma lei, a gente está aprendendo de forma conjunta, inclusive com a sociedade civil, inclusive aqui nesta Casa, como aplicar. Então é muito legal a gente falar da lei Paulo Gustavo, ela é uma execução única, foi somente no ano de 2023. Em relação a pagamentos, a gente teve essa situação de virada de ano, e virada de ano sempre é muito complexo, a gente sabe que existe a abertura e fechamento de ano fiscal, houve essa mudança de sistema fiscal. Realmente foi operado num tempo recorde a questão dos pagamentos, e eu vou me ater aqui dentro da questão do audiovisual. A gente teve dois editais no setor audiovisual, um voltado para a produção audiovisual, em torno de R\$ 6 milhões, e mais um edital voltado para as salas de cinema e outros projetos de difusão audiovisual. Em ambos os editais a gente já executou todos os recursos, praticamente a gente já tá com 99% pago, então assim os projetos já estão na rua, cada vez que a gente vê a execução já está ocorrendo. Então as pessoas já estão filmando, já estão trabalhando, o recurso está chegando. Agora, na verdade, a gente vai ter uma produção gigantesca, em Porto Alegre, de conteúdos audiovisuais, só em curtas metragens a gente está falando que vão ser mais de

30, e a gente está falando de recursos reais, recursos de produção econômica significativa, a gente está falando de projetos que envolveram esses 30, em torno de R\$ 80 mil a R\$ 120 mil, cada um. A gente não tá falando de projetos de R\$ 5 mil nem de R\$ 10 mil, a gente está falando de projetos estruturantes para o setor audiovisual e que, dentro de três, quatro anos, isso vai ganhar uma repercussão gigantesca, porque esses filmes vão viajar, vão levar Porto Alegre para fora, eles vão levar os nossos talentos. Então é muito gratificante poder participar desse processo e também estar aqui com a sociedade civil e com esta Casa, discutindo e cada vez mais a importância de estarmos juntos nessa caminhada, porque não vai acabar aqui, segue aí por mais muitos anos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Daniela. O Sr. Eduardo Baldasso está com a palavra.

SR. EDUARDO BALDASSO: Obrigado, Ver. Marcelo, quero agradecer o convite, sou Eduardo Baldasso, estou como diretor financeiro da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, quero cumprimentar os demais da Mesa, Ver. Jonas Reis, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver.^a Fran Rodrigues, colegas da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Governança, a Dani que fez um trabalho brilhante à frente não somente dessa questão do audiovisual, mas ela cuidou de todo esse processo dessa parceria que foi feita com a Cufa, para que a gente pudesse ter uma melhor celeridade e rapidez nesse processo de pagamento. Antes de mais nada, sim, Ver. Jonas, a gente precisa realmente ter mais funcionários na Secretaria de Cultura, mas eu não posso deixar de começar a minha fala agradecendo a todos os funcionários que trabalharam virando, às vezes, a noite, porque a gente estava realmente com muita pressão para que esse pagamento saísse e era um desejo de todos nós que isso fosse feito o mais rápido possível. Trazendo um pouco do nosso dia a dia lá, o porquê foi feito isso, como foi feito, para ficar claro para todos vocês, é que, como a Dani explicou ali, a gente recebeu esse recurso em maio, assim como a as equipes que agora receberam esse recurso e que vão começar a fazer as gravações, vão começar a fazer os

seus curtas, a gente não podia botar um edital, abrir conversa, ter diálogos antes da gente estar com esse recurso depositado em conta. Então a partir do momento em que o recurso foi depositado em conta, isso vale destacar que é o mesmo processo que a gente vem tendo agora para a Lei Aldir Blanc, que a gente recebeu –, já foi dado o *start* nessas reuniões, para poder definir qual é o valor, quanto vai custar, qual é a forma que isso vai ser feito. O que realmente deu assim um mal-entendido é que a gente estava com esse recurso liberado desde maio, a gente fez esses ajustes. Devido à troca de sistema, a partir do final de dezembro, a gente não conseguiu mais fazer o pagamento para poder fechar o ano de 2023. Esse sistema, como toda e qualquer nova implementação, a gente precisa ter um tempo para que comece a funcionar a pleno. Inclusive foi feita uma reunião em que foi informado ao Conselho de Cultura, junto com alguns setores, como o pessoal dos sindicatos que envolvem essa classe, foi feita essa conversa e explicado que só a partir do dia 15 de janeiro os pagamentos começariam a ser computados dentro da Secretaria da Fazenda, porque era período de teste, de 1º de janeiro até o dia 15 seria essa implementação. Foi combinado junto nessas reuniões que até o dia 15 de fevereiro nós teríamos esse pagamento, a gente estaria tentando viabilizar. Mas foi, desde sempre, deixado claro que era um sistema novo, a gente precisaria entender como iria funcionar, qual seria a metodologia, para que a gente pudesse, de certa forma, cumprir esse prazo. A gente, desde o dia 20 de janeiro, sabia que não poderia ficar parado, de braços cruzados, que a gente precisaria agir e arrumar um plano B, para caso isso não pudesse ser viável. O que é que foi feito então em parceria com o pessoal lá da Secretaria da Fazenda? Foi criada uma lista de transmissão que a gente foi cadastrando os nomes, porque cada pagamento – e isso é uma coisa que eu aproveito para deixar claro para todos –, cada pagamento, não interessa se ele for de R\$ 1,00 ou se ele for de R\$ 1 milhão, é o mesmo processo que a gente precisa fazer. Então, a gente tinha que fazer isso repetidas vezes. Eu trago para vocês que, no dia de hoje, a gente tem 687 pessoas ou projetos pagos, cada um deles, como era um sistema novo, a gente precisou o quê? Cadastro, confirmar a despesa, então, são em torno de 30 passo a passos em

cada um desses pagamentos. São 30 vezes 687 pagamentos hoje que a gente precisou fazer. O que é que foi feito? A gente achou uma solução junto com o pessoal do SIGEF de fazer esse pagamento em lote. O que é que significava isso? Geralmente, a gente está acostumado a receber de forma pingada. Por exemplo: saem dois processos hoje, saem dois processos amanhã, depois saem mais dois. Isso não foi acontecendo depois do dia 15, por quê? Porque nós estávamos agrupando todos os pagamentos, porque o sistema não estava a pleno, a gente não conseguia executar pagamento, porque a gente precisava ter uma integração com os bancos. O dinheiro estava depositado numa conta do Brasil, e a gente precisava ter esses valores, o sistema conversando com o banco. Inclusive, deixando bem claro para todos vocês, não foi uma questão exclusiva do curso da Lei Paulo Gustavo. A Saúde precisou ter alguns ajustes, a gente precisou fazer outros ajustes para o pessoal da Educação, então, foi todo o sistema ficou comprometido por causa desse ajuste até o dia 15. A partir disso, começou-se a fazer esse pagamento. Depois que todos esses cadastros foram feitos, o que é que foi feito? A gente fez, no primeiro disparo, conseguiu pagar, de uma única vez, 515 pessoas, e isso aconteceu ali pelo dia 20 ou 22 de fevereiro, se eu não me engano.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. EDUARDO BALDASSO: Isso. Não, de fevereiro, era de 15 a 15.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. EDUARDO BALDASSO: Em janeiro... Desculpa, dia 8 de fevereiro foi pago, antes do combinado, que seria dia 15 de fevereiro. O que é que aconteceu? Como a gente fez um pagamento em lote, esse pagamento não foi oportuno para todos, por quê? Às vezes, no cadastramento, estava um ponto, tinha uma vírgula, tinha alguma coisa que o sistema não computava e acabava devolvendo. Hoje, por exemplo, o que falta para a gente executar na sua plenitude é um

pagamento do audiovisual, e nós temos cinco situações que foram devolvidas, por quê? O ganhador fez o cadastro, a gente validou a conta, quando o banco foi fazer o pagamento, o CPF dele era um, e ele estava cadastrado no nome de pessoa jurídica, então ele precisava ter uma conta de pessoa jurídica. Então a gente não poderia pagar um contemplado que é uma pessoa física numa conta jurídica, ou vice-versa. Então, todos eles, a gente precisou o quê? Vai ter que repetir essa operação porque o dado, quando chegou na hora do pagamento, não batia, porque assim: o que está de informação é um CNPJ e não o CPF, a conta estava dentro de um CNPJ e não um CPF, enfim, vice-versa. A gente precisa ter esses entendimentos.

Fora isso, quero destacar que a gente – pelo menos, nós que estamos à frente ali, neste momento, da cultura – considera que todo e qualquer recurso investido em cultura a gente sabe que tem um dado, por exemplo, no Rio de Janeiro, a cada R\$ 1,00 investido em cultura R\$ 6,80 retornam aos cofres por causa dos impostos, enfim, das coisas que são geradas. Em Porto Alegre, a cada R\$ 1,00 investindo em cultura, a gente tem R\$ 1,60 que retorna para a gente, prova disso é o carnaval que foi feito no Porto Seco. A gente fez um dos maiores investimentos em carnaval de Porto Alegre, e vale destacar que a gente, antes, como nunca ocorreu, adiantou o pagamento para 2023, a pedido das escolas de samba para que eles pudessem ter tempo hábil, no valor de R\$ 3 milhões. Ou seja, a gente está tentando fazer melhorias, mas a gente precisa de continuidade, precisa que as coisas sejam, inclusive, com parcerias, para que isso possa executar.

Aproveitando para solicitar, Ver. Marcelo, Ver. Hamilton, Ver. Jonas e Ver.^a Fran Rodrigues, que no próximo mandato, esperamos que todos estejam aqui, que as emendas possam respeitar alguns ritos, por exemplo, a gente tem emendas parlamentares que chegam dentro da secretaria em janeiro, que é o ano. A gente não tem tempo hábil de executar uma emenda, por exemplo, para fevereiro, porque são 90 dias para a gente poder avaliar as emendas e, depois, começar a executar. O ideal seria que as emendas que recebêssemos, por exemplo, 2024, vamos receber emendas em 2025 para ser executadas? Que essas

emendas possam ser aplicadas, por exemplo, num fomento, como foi do carnaval, no final de 2025 para o carnaval de 2026, porque daí a gente tem tempo para – juridicamente e legalmente falando – cumprir as etapas. Hoje, o que acontece? A gente acaba executando isso de forma muito rápida, a gente precisa abrir mão de algumas coisas para poder colocar essas emendas lá, que foi o que acabou acontecendo no carnaval. A gente tinha o recurso do caixa, que foi antecipado para 2023, que a gente conseguiu fazer esse pagamento. Então, a gente precisa ter o apoio da Casa para que a gente consiga ter esse entendimento de que as emendas demoram 90 dias para serem executadas. Uma emenda que chega para mim em 1º de janeiro, eu teria que executá-la até o final de março, mas o carnaval é início, assim como o Navegantes, por exemplo, que é no dia 2 de fevereiro. O nosso tempo fica muito curto para tentar executar uma emenda. São essas considerações, fico à disposição para qualquer dúvida, enfim.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Sr. Eduardo e Daniela. Então, assim: o que ainda não foi respondido? Pergunta para o Marcelo: o pagamento dos blocos de carnaval está com vocês ou está na Secretaria, o pagamento para os blocos? Porque a totalidade ainda não foi paga, essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta: como está a situação das cotas na lei? Indígenas, por exemplo. Outra questão: qual é o calendário de pagamento das emendas dos vereadores? Porque vários vereadores já procuraram esta comissão nos questionando sobre como é que está o pagamento nas várias áreas da comissão, como juventude e esporte, mas aqui nós estamos tratando da cultura. Então a gente quer entender quem são as pessoas, se vocês puderem dar o nome das pessoas responsáveis lá na Secretaria da Cultura pela execução e quais setores que estão. E qual é o calendário de execução das emendas? E qual a quantidade de emendas que a cultura recebeu? São estas perguntas: quantidade de emendas, nome das pessoas responsáveis e qual o calendário estabelecido pela secretaria. Do Fumproarte, como está o pagamento do Fumproarte, em que patamar está? E a última pergunta, aproveitando o ensejo

que o Sr. Eduardo trouxe, que anteciparam o valor do carnaval, mas aí é uma questão: se o dinheiro estava desde agosto no caixa, que vem de nível federal, por que se optou de antecipar só o carnaval e não as outras pessoas também? O que foi que levou a essa opção? Porque por ter evento cultural em fevereiro não pode ser justificativa, porque a gente sabe que vai ter em fevereiro, todo ano acontece. Mas também as outras pessoas, às vezes a pessoa vai receber bem menos dinheiro, depende fundamentalmente daquilo ali, e eu estou falando de pessoas que inclusive vêm no meu gabinete, que vivem de cultura, que juntam R\$ 1.000 no mês para pagar aluguel e fazer as suas compras no supermercado. E essa é a base material dela: R\$ 1,5 mil por mês, fazendo cultura em Porto Alegre. Então, esse dinheiro, na minha opinião também é importante para ela e por que é que não foi é antecipado no mesmo patamar do carnaval? Porque no carnaval são pessoas, são instituições, é muito importante, inclusive eu já mandei dinheiro para o carnaval em outros anos, mas eu quero entender por que é que as outras pessoas não receberam a antecipação. E, se tinha um problema, por que é que não se criou, então, uma força-tarefa? Talvez vocês não consigam responder isso, evidentemente; talvez o secretário deva responder, tem uma decisão dele, e eu sei que foi uma decisão do prefeito. O prefeito decidiu. Eu sei que governos funcionam assim, e a gente executa. São questões que ainda pulsam, porque desde agosto o recurso estava lá. Então, essa é a questão que ainda paira no ar. Enfim, então blocos, cotas, emendas, Fumproarte e o dinheiro desde agosto.

SRA. DANIELA MAZZILLI: Eu gostaria de começar respondendo, porque eu acho que a gente tem que entender o que é que significou, o que é a Lei Paulo Gustavo. Acho que está misturando aí o que é o recurso do carnaval com Lei Paulo Gustavo. A Lei Paulo Gustavo é o tema da mesa, então eu vou pegar o que a gente está falando de concreto, que é a Lei Paulo Gustavo. A Lei Paulo Gustavo foi dividida, Multilinguagens. Multilinguagens foi dividida em dois editais: um destinado a povos e comunidades tradicionais e um destinado às outras 15 áreas da cultura. Todo esse edital são premiações de reconhecimento e

trajetória. Cada área optou pelo seu reconhecimento: eu vou premiar artistas individuais, eu vou premiar grupos, eu vou premiar o bloco em si, eu vou premiar a escola de samba, eu vou premiar a escola de dança. Cada área teve total e plena liberdade para decidir como e o que seria premiado, inclusive por seus próprios critérios. Eu vou dar um exemplo do artesanato: teve três categorias, uma para artesãos individuais com um “x” tempo de trajetória, outro com uma trajetória menor, um para instituições, entidades, associações, feiras – e aí um prêmio maior pensando... Justamente porque é um recurso que vem para premiar a trajetória da pessoa; não é a produção, não exigia contrapartida, não exigia a produção de um bem cultural, etc. No caso da Lei Paulo Gustavo, não houve antecipação de nenhum recurso. É justamente como o colega Eduardo pontuou: existia um bloco, pum, 500. Quinhentos foram pagos ao mesmo tempo, que é praticamente ali quase 80% da previsão do edital, de ambos os editais. No caso do cinema foi bastante diferente, no cinema foi premiação de projetos. O que isso significa? Que existia um termo de execução cultural, conforme o próprio Ministério da Cultura estabelece, assinado, isso é público, Diário Oficial, isso está publicado no DOPA, cada projeto selecionado teve uma comissão que selecionou, etc. E aí teve o seu próprio rito de contratação. Esses projetos, então, passam a ter aí contrapartidas, enfim são projetos; diferente do Multilinguagens. No Multilinguagens não houve antecipação e não houve, assim: “Ah, a gente vai pagar primeiro os blocos, a gente vai pagar primeiro o tal setor.” Na verdade, quando veio, veio tudo junto; e veio em blocos justamente para entender como é que funcionava esse novo sistema contábil e financeiro. Porque é isso, sempre quando muda de sistema às vezes tem algumas surpresas. O que é que precisa preencher, gente? É bom todo mundo saber que não é assim: apertam três botões e fez o pagamento. Não existe isso! A gente está fazendo transferências de dinheiros públicos para pessoas, para entidades privadas. Então, assim, nos perguntam: “Mas por que tanto documento?” Gente,...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só uma pergunta Dani, quantas pessoas fazendo isso na Secretaria?

SRA. DANIELA MAZZILLI: Na Secretaria, hoje, nós temos a equipe financeira, que daí o Eduardo pode comentar. No caso do multilinguagens, a gente teve a participação da Cufa, no sentido de conferência de documento, contato com cada um, entender que cada número é uma pessoa, e cada pessoa tem os seus problemas, e a gente tem que trabalhar de forma muito individualizada. É um WhatsApp que tem que mandar para a pessoa, pedir o documento, veio errado. Por exemplo, essa função de conta jurídica, conta pessoa física, e, muitas vezes, o banco não tem, no documento bancário da pessoa, MEI...

VEREADOR JONAS REIS (PT): E contigo, no multilinguagens, quantas pessoas tinham?

SRA. DANIELA MAZZILLI: Eu não trabalhei diretamente...

VEREADOR JONAS REIS (PT): No audiovisual, contigo, tem quantos?

SRA. DANIELA MAZZILLI: No audiovisual, nós éramos em três. E aí a gente está falando de 70 projetos. A gente conseguiu aí um tempo recorde, e também entendendo como funciona. A coordenação de cinema e audiovisual nunca teve esse recurso e talvez nunca volte a ter um recurso tão grande dentro de um segmento da cultura. A gente está falando aí de R\$ 8 milhões, praticamente. R\$ 8 milhões para uma coordenação é muito mais do que o próprio Fumproarte muitas vezes opera em três, quatro anos. Então, é um grande desafio, e fazer com que esse desafio seja cumprido.

Eu vou falar um pouquinho das cotas, Jonas, que tu comentaste. Logo mais, a coordenação de cinema e audiovisual provavelmente irá fazer uma publicação, e eu gostaria muito de compartilhar com todos, com o desenho de como esses recursos do audiovisual foram aplicados. Desde que bairros estão sendo atendidos, de que montante a gente está falando, quem são esses proponentes, e a gente já tem esse levantamento, por exemplo, da questão das cotas, é muito

bacana falar sobre isso. A Lei Paulo Gustavo é a primeira lei federal que traz aí na cultura o marco de aplicação de cotas. Então, 20% das cotas eram para pessoas negras e 10% para pessoas indígenas. Isso está em todos os editais. No audiovisual, então, a aplicação das cotas ficou com a figura do proponente, isso também foi debatido enquanto o comitê setorial do audiovisual, que foi formado com a sociedade civil. E aí a gente tem, por exemplo, cada linha tinha o número de cotas a serem cumpridas, então, eu vou dar aqui um exemplo aí na linha de curtas-metragens para entrantes. A gente tinha 12, na verdade, foram 16 projetos, cinco vagas destinadas a cotas e foram selecionados nove projetos optantes de cotas. Então, esses números todos vão ser públicos, a gente faz questão de compartilhar, porque a gente vai entender como esse recurso proporcionalmente foi distribuído na cidade.

Eu estava hoje ainda olhando como é gratificante a gente ver que esse recurso realmente vai irrigar muitas regiões e vai colocar muita gente para trabalhar, porque a gente não pode acreditar que cultura é assistencialista. Não, cultura não é assistencial, cultura não é para dar R\$ 1 mil hoje, R\$ 1 mil amanhã. A gente precisa ter e dar condições de trabalho e dignidade de trabalho, e isso se dá com o quê? Com projetos e com investimento em projetos estruturantes. Quando a gente fala que vai ter curtas-metragens de R\$ 120 mil, quando a gente fala que tem projetos de desenvolvimento que a gente está dando recurso para os artistas terem tempo de trabalhar nos seus projetos, de R\$ 100 mil, a gente está falando que a pessoa vai ter praticamente oito meses recebendo dignamente. A gente precisa dar condições dignas de trabalho, porque cultura não é assistencial, a gente tem que parar de pensar que a gente está fazendo caridade. Enquanto a gente não tratar como economia, a gente vai continuar discutindo prêmios de R\$ 1 mil, e a gente não pode.

SR. EDUARDO BALDASSO: Até para clarear mais, vereador, o dinheiro que a gente fala que foi adiantado, os R\$ 3 milhões, são oriundos do Tesouro Municipal, foi dinheiro 100% da Prefeitura que sustentou o carnaval. O que aconteceu na Lei Paulo Gustavo é que agora, em 2024, as escolas receberam

um *plus* dentro da Lei Paulo Gustavo, assim como aquele professor da capoeira. Eles participaram, como a Dani falou, dentro desses recursos oriundos do governo federal. Todos eles foram tratados de forma igualitária, não teve uma indicação do governo para isso, mas sim dentro dessas comissões do que foi feito. Para finalizar esse assunto e para ficar bem claro, e até num ponto positivo para todos vocês terem esse conhecimento, como a gente teve essa lacuna entre o dinheiro ter chegado em maio, e a gente começar a pagar agora em 2024, o que aconteceu? Todo esse recurso estava investido, então, por exemplo, a gente pagou hoje 687; a gente vai pagar mais seis, vamos pagar 693, aproximadamente, projetos. Com esse valor aplicado pelo período de cinco, seis meses gerou, Ver.^a Mari, um recurso para a gente poder executar. Vamos conseguir pagar suplentes ainda em 2024, agora, que vai entrar nos próximos meses, a gente vai conseguir pagar mais de 100 suplentes dentro desses contemplados. Por quê? Porque o recurso que estava lá, esse montante de quase R\$ 11 milhões, gerou juros aplicado na conta. Então, esse recurso permanece aqui no Município, e vamos poder pagar em torno de 100 a 150 processos que estão ainda lá, dessas pessoas que ficaram na suplência. Dentre isso, como a colega Dani falou, temos hoje só das comunidades indígenas... Eles optaram por uma conta que era mais fácil de abrir, mas isso deu um problema no sistema, pois ela tem 11 dígitos. Demoramos um pouquinho para pagar porque no Brasil o normal são 10 dígitos, então isso deu um problema lá no sistema, que foi corrigido, e eles abriram novas contas para poderem pagar, que é o único que falta hoje, do cinema. Para finalizar, então, todos eles, muitas pessoas se questionaram: “Ah, porque teve um privilégio com o carnaval”. Não gente, o dinheiro do carnaval foi um dinheiro trabalhado todo o 2023, pensado nisso, que seria pago em duas parcelas. Só que como a gente teria esse problema, como eu falei para vocês, para pagar R\$ 1 ou pagar R\$ 1 milhão não faz diferença, é o mesmo processo burocrático que eu vou estar fazendo. A gente optou, em vez de pagar em duas parcelas – até numa conversa com as escolas de samba –, pagar em parcela única para que a gente conseguisse dar o recurso para eles em 2023, que sempre foi uma briga que a gente teve

internamente, para eles poderem executar o recurso em 2024. Prova disso foi o excelente carnaval que todas as escolas de samba conseguiram entregar na nossa avenida. Fora isso, o vereador também solicitou a questão do Fumproarte. O Fumproarte, hoje, já temos dois editais pagos, que são esses editais de bloco, eles tão sendo pagos de modo prévio aos seus eventos. A gente teve um agora, que foi o bloco que aconteceu numa praça do Menino Deus, a Estado de Israel, que o pagamento era para ter sido na sexta-feira, mas a gente não conseguiu efetuar esse pagamento. Eu estava lá junto com um dos organizadores, liguei para as empresas...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Qual o valor?

SR. EDUARDO BALDASSO: Cento e poucos mil, não vou recordar agora o valor preciso, mas isso foi falado; inclusive, ontem, a gente fez esse pagamento como o combinado e tivemos o mesmo problema, esse dinheiro foi devolvido pelo banco por causa dos 11 dígitos. Volto a dizer para vocês: é um cadastro de sistema, esse dinheiro foi devolvido e agora a gente já está tomando as medidas para refazer o pagamento. Fora isso, no Fumproarte a gente tem quatro editais hoje em aberto que não foram pagos, e aí eu vou ser muito...

VEREADOR JONAS REIS (PT): E o total do Fumproarte é quatro...

SR. EDUARDO BALDASSO: São quatro milhões e pouco.

VEREADOR JONAS REIS (PT): R\$ 4,6 milhões, o total. É o que pelo menos colocaram no jornal no ano passado.

SR. EDUARDO BALDASSO: Mas a gente tem seis e editais, com todos eles contemplados dá esse montante. Que fique claro, que a gente tem hoje quatro processos, quatro editais que estão na nossa PMS 05. Por quê? Porque tem alguns entendimentos jurídicos que a gente não consegue efetuar o pagamento.

Então, isso está sendo tratado a nível jurídico, como a Dani falou, é dinheiro público e a gente não pode simplesmente: ah, a gente vai pagar porque a gente tem vontade. Não, a gente precisa das comprovações. Por exemplo, às vezes a gente recebe emendas ou recursos para entidades que não têm documentação, que não têm como receber emendas. Então, a gente não pode simplesmente: ah, o vereador indicou aquela determinada entidade para receber. Aí chega na hora de a gente poder passar o recurso, a entidade não tem a documentação necessária que a lei nos exige, então a gente não consegue cumprir isso. Estamos tentando ajustar, e por isso pedimos o aval jurídico para poder pagar esses outros quatro editais. Não lembro agora quais são os outros questionamentos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): A Lei Aldir Blanc.

SR. EDUARDO BALDASSO: A Lei Aldir Blanc é o mesmo sistema, a gente já está com o recurso, já foi depositado, a gente está abrindo as tratativas para ser conversado e definir quais são os moldes...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Desde quando esse recurso chegou?

SR. EDUARDO BALDASSO: Esse recurso chegou acho que na virada do ano. Foi em janeiro, ou seja, isso vale destacar muito, vereador, o seguinte: no primeiro ano que a gente teve a Lei Aldir Blanc, estávamos todos em casa, os próprios funcionários, fizemos um mutirão. Isso foi aplicado, realmente a gente precisa ter mais concurso, a gente precisa ter mais funcionários, mas que fique claro que a gente, assim como a Dani teve três pessoas e todo auxílio da Cufa, os setores... A gente dividiu, por exemplo, o circo: a coordenação de circo disponibilizou dois, três funcionários para trabalharem ali, então a gente montou uma força-tarefa da cultura, de aproximadamente 15, 20 funcionários que trabalharam em cima disso para a gente poder fazer o quê? A validação, porque não foi permitido pelo Ministério Público, pode me corrigir caso eu esteja

equivocado, que o pagamento fosse via Cufa também. Então a gente precisou de quê? Quando a Cufa nos entregava essa documentação, a gente precisava conferir para poder lançar no sistema e dizer: olha, realmente esse documento está embasado legalmente e a gente consegue executar.

SRA. DANIELA MAZZILLI: Eu gostaria de falar um pouquinho do que vai vir, é bom a gente pensar em futuro também. Acho que a gente passou por esse momento da Paulo Gustavo, a gente entende a urgência da cultura, a gente fala que é isso, são recursos que chegam na mão dos fazedores de cultura que estão esperando há muito tempo, e a Lei Paulo Gustavo foram dois anos de espera. Foram dois anos de construção social. A lei foi regulamentada em maio, em abril a gente já estava fazendo reunião, inclusive, aqui nesta Casa a gente fez reunião para falar sobre a lei. A gente está falando que a gente iniciou... Democracia, é muito importante todo mundo saber disso, dá trabalho, e colocar numa mesa 20 áreas da cultura discutindo, conversando e trabalhando num projeto comum, demanda muito tempo. A gente fez, só este ano, para execução da Lei Paulo Gustavo... Eu estou falando só da multilinguagem, não estou nem falando do cinema, o cinema a gente fez em torno de seis a sete reuniões, fora todas as reuniões que cada uma das entidades fez com os seus do lado de fora, além dessas reuniões formais. Então, foi uma lei muito esperada, e aí, quando o dinheiro está ali, para sair, realmente a ansiedade aumenta. Enfim, acho que agora, com praticamente todo mundo pago, a gente vai poder começar a discutir o que é urgente. A Lei Aldir Blanc, a gente submeteu o plano de ação no ano passado, foram recebidos os recursos do governo federal. É muito importante todo mundo saber e gosto de frisar: quando o recurso é descentralizado, esse recurso nunca vem para o cofre do Município, não é uma conta do Tesouro, não somos nós que indicamos uma conta, quem indica e quem abre a conta é o próprio Ministério da Cultura; a gente faz indicação apenas da agência e o Ministério da Cultura abre e é tudo automático. Então, todos os recursos que chegam ficam em aplicações, e com essas aplicações, enfim, no decorrer do tempo, é a alegria que o Baldasso trouxe aqui, que a gente vai ter chamada de

suplentes, que isso já está previsto em todos os editais. O edital do cinema a gente conseguiu contemplar, além de todos os projetos que a gente contemplou na primeira chamada, onde já havia sobra de recursos, de áreas que não tiveram concorrentes suficientes para preencher as vagas, a gente conseguiu chamar mais dois projetos, foram publicados essa semana, já estão em fase de contratação, provavelmente até o final de mês do março já recebam. A mesma coisa vai acontecer no edital das multilinguagens. Então, esse recurso que ficou eventualmente ali, esses 15, 20 dias em que não se pôde dar vazão aos pagamentos, eles rendem, e esse recurso, obrigatoriamente, têm que ser aplicados dentro da mesma chamada pública e dentro da mesma lei. Então, estão sendo chamados suplentes. O mesmo ocorrerá com a Lei Aldir Blanc, como ocorreu em 2020 e 202. É importante falar que a Lei Aldir Blanc vai nos seguir por cinco anos, então, na verdade, a gente tem aí uma construção de longo prazo para pensar a cultura, para pensar, inclusive, como que esses recursos podem ser melhor aplicados com a sociedade civil. Bom, a gente vai falar de projetos maiores, como é que cada área... Sempre, os editais são bons; tem os seus lados ruins, é a maneira pública que hoje a gente tem de seleção de projetos. O Ministério da Cultura fez um trabalho muito bacana no último ano buscando a desburocratização dos processos, então isso tem que ficar evidente, que em março do ano passado foi lançado um decreto federal de desburocratização da aplicação desses recursos, que envolvem desde a Lei Paulo Gustavo à Lei é Aldir Blanc. Por exemplo, no caso do cinema a gente conseguiu flexibilizar muitas coisas, desde a prestação de contas, que é na verdade uma questão que dificulta e muito a vida de quem está fazendo projeto cultural pela primeira vez. Então, tudo que a gente puder fazer para melhorar a vida do fazedor de cultura que está recebendo recursos, o que a gente puder fazer para trabalhar com comprovação de objeto, que é o que nos interessa: o que é esse recurso? Foi feito o que foi planejado? Foram feitas contrapartidas? Quantas pessoas empregou? Se aqueles profissionais que estão ali – os talentos que estão mencionados – trabalharam é o que nos importa. A gente não quer ficar fazendo caça às bruxas, vendo notinha fiscal; vendo, glosando recursos e,

muitas vezes, recursos tão pequenos. Então eu acho que isso é o futuro da cultura do Brasil. Agora nos próximos meses – possivelmente ainda dentro do mês de março – vão iniciar as conversas com a sociedade civil sobre a [Lei Aldir Blanc](#). Porto Alegre recebeu em torno de R\$ 8 milhões e são para todas as áreas da cultura, lembrando que a Cultura Viva tem uma participação muito importante dentro da Lei Aldir Blanc, tem um percentual separado para isso pensando nos pontos de cultura, etc. Então vai ser as nossas novas discussões no decorrer de 24, porque eu acho que agora a [Paulo Gustavo](#) já está bastante concluída, já estamos em fase de conclusão final. Fica a dica para quem quiser acompanhar em casa, no decorrer dos meses, o Ministério da Cultura tem uma calculadora que é pública. Vocês podem entrar agora lá no *site* do Ministério da Cultura, da Lei Paulo Gustavo, vocês vão colocar lá: Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Vocês verão quanto Porto Alegre recebeu; quanto recebeu para o audiovisual, quanto tem em conta, quanto já foi desembolsado, quanto falta desembolsar. Essa é uma calculadora que vai estar ativa no decorrer dos anos, e é legal falar que ela está desatualizada. A primeira atualização foi no dia 2 de fevereiro inclusive o audiovisual lá já está com 87 % dos recursos executados; multilinguagem está com três e pouco, mas é porque são dados de dia 2 de fevereiro. Então acompanhem essas atualizações, e dois, vocês podem consultar não só de Porto Alegre, mas do Estado do Rio Grande do Sul e dos outros municípios.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado Sra. Daniela Mazzilli e Sr. Eduardo Baldasso. Pergunto se os demais colegas, vereadores e vereadoras, desejam fazer uso da palavra. Senão...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só colocar, até para os vereadores, para quem tiver dúvidas: esta nossa reunião de hoje dá para acompanhar pelo *link* em que estão todas as informações bem detalhadas, vindas da secretaria. As perguntas do proponente da pauta foram muito pertinentes também. Então acredito que esta nossa reunião de hoje foi muito produtiva e com questões que realmente vão poder chegar, de forma clara e real,

para as pessoas que estão nos cobrando, que estão nos solicitando. Enfim, para que a gente consiga fazer com que as informações corretas cheguem à ponta, que são os que mais precisam, que são aqueles trabalhadores informais que realmente necessitam desse projeto tão importante que veio para abrilhantar a nossa cidade. Então não tenho mais nada a falar.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só quero acrescentar aqui, para a gente finalizar esta reunião, e agradecer a presença de todas e todos por esta pauta; aos convidados. E dizer que está acontecendo a 4ª Conferência Nacional de Cultura em Brasília, muitas pessoas ativistas da cultura estão lá representando todos nós – muitas pessoas não sabem, mas eu sou professor de música, então a música me acompanha há muito tempo. E enfim essa batalha da cultura é uma batalha muito difícil, porque a sociedade brasileira infelizmente, dentro desse mundo capitalista, extrai algumas personalidades que viram grandes artista. Nós temos atores que são conhecidíssimos por causa da Globo, mas a gente tem atores de teatro maravilhosos que nunca conseguiram alçar um voo assim, porque infelizmente a gente tem uma sociedade muito meritocrática e de muito *glamour*. A gente tem personalidades, inclusive da música pop, de outros estilos que... Esses editais têm uma importância fundamental porque pega os artistas locais e lhes dá uma possibilidade de sobrevivência, mesmo que seja pontual, por alguns meses, então a gente tem que saudar quando os recursos públicos são aplicados para aqueles que mais precisam. Acho que a democratização da cultura é um grande desafio do povo brasileiro. Essas leis – a Aldir Blanc, Paulo Gustavo – nos ajudam. E é importante frisar aqui que a Lei Paulo Gustavo, em nível de Brasil, são R\$ 3,86 bilhões, não é pouca coisa. A Aldir Blanc, R\$ 3,14 bilhões. Nós temos em ocupação de empregos no Brasil, no setor da cultura, 5,4 milhões, então não é pouca gente que trabalha com cultura ou relacionado à cultura no Brasil. São empregos que são gerados, isso é 5,6% da ocupação de postos de trabalho no Brasil. A gente tem que olhar com mais atenção para a cultura, colocar mais recurso. Então, quando eu faço a crítica aqui, no início desta sessão, que o governo precisa botar mais dinheiro, porque botando o

dinheiro na cultura, o emprego é rápido, ele é certo e ele não passa por um grande processo, ele pega já a pessoa que está lá, conhece a técnica, estabelece e faz acontecer a empregabilidade. Então, se a gente quiser fomentar mais empregos, a cultura é um dos lugares que a gente tem mais chance de fazer isso rapidamente, e não concentra a renda, ela divide. Acho que isso é importante para quem vai ver esse vídeo, que vai ficar na TV Câmara, quem está assistindo também, entender o que é o setor da cultura, para não ser essa coisa mística: “A cultura é o músico, é a Ivete Sangalo, a cultura é sei lá... a Mangueira”. Não, nós temos carnaval espalhado por centenas de municípios do Brasil, e isso gera empregos locais, fomento à cultura popular. E, por fim, só ressaltar que só o carnaval no Brasil, este ano, movimentou 10% a mais do que no ano passado. Então, foram R\$ 9 bilhões circulando, gerando emprego, gerando renda, produzindo economicamente, para a gente fugir um pouco daquele discurso brasileiro que tem assim: “Ah, o que gera emprego e renda é comércio, é serviço, é indústria”. Não, se a gente for pensar em serviço, os serviços de cultura, de produção de cultura eles geram muito, muito, muito. Inclusive, eu fui uma pessoa que mandei dinheiro para os blocos de carnaval por entender que os blocos de carnaval descentralizam bastante o recurso, porque é o músico, é o cara que tem os equipamentos que aluga, aí tem as pessoas, os ambulantes que têm o direito de vender. Então, vai gerando uma cadeia muito grande, inclusive a pessoa toma uma cerveja ali, já vai andar de Uber, vai andar de táxi, vai pegar o transporte, então, gera um movimento na cidade. Acho que a gente tem que apostar nisso. Fica aqui a sugestão à Secretaria da Cultura de estabelecer um calendário diferente na cidade e aproveitar, hoje mesmo, eu almoçava no Centro Histórico e tinha um pessoal de outro país sentado na mesa ao lado. Então, se a gente tem essa movimentação, esses turistas que passam por Porto Alegre, que vão principalmente para a serra gaúcha, fiquem aqui um ou dois dias, se a gente tiver ações culturais todo sábado, todo domingo. Aí é uma questão de a gente fazer um planejamento de longo prazo, acho que fazermos uma conferência municipal de cultura vai nos fazer avançar e ver o que a gente tem de potência na cidade para aperfeiçoar.

E, por último, quero dizer uma sugestão ao governo, e vou encaminhar aqui, via comissão, se os vereadores concordarem, que se reforce o RH na Secretaria, por quê? Porque hoje a gente está gastando dos recursos do paço municipal – que são pouco mais de R\$ 11 bilhões –, nós estamos gastando cerca de apenas 40% com recursos humanos. Então, nós temos como chegar, estamos bem longe do limite prudencial que é 51%, 54%, 57%, conforme o Ministério Público de Contas nos aponta sempre. Então, há bastante recurso, e eu acho que a gente precisa potencializar a cultura, precisa, porque é um lugar que, felizmente, gera muitos dividendos para a sociedade. Um povo é conhecido também pela cultura que produz, e nós temos artistas renomados que marcaram a história gaúcha, sejam escritores, sejam músicos. Está aí Lupicínio Rodrigues, que não nos deixa mentir, um exemplo que marca muitas gerações e que, até hoje, está vivo, inclusive no nosso carnaval. Mas enfim, agradeço a presença de todas e todos, viva a cultura e a nossa Comissão. Passo ao presidente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado a todos que aqui participaram e que nos prestigiaram também com essas informações muito importantes, que serão muito relevantes para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h18min.)